

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 658 - Brasília, quarta-feira, 25 de março de 1998



O senador Antonio Carlos Magalhães presidiu a sessão, durante a qual o projeto foi elogiado pelos líderes do PFL, Hugo Napoleão, e do Bloco Oposição, Eduardo Suplicy. O senador Ramez Tebet disse que a proposta é "extremamente útil à sociedade"



## Plenário muda o Código Penal para ampliar penas alternativas

*Projeto terá de voltar à Câmara para que sejam apreciadas as seis modificações feitas no texto pelos senadores. Somente depois de concluída a votação das emendas a proposta poderá ser enviada à sanção presidencial*

### Senado lembra os 100 anos de Prestes

A primeira parte da sessão do Senado hoje, às 14h30, será em homenagem aos 100 anos de nascimento de Luis Carlos Prestes, por requerimento do senador Roberto Freire.

### Hollanda: desafio é o desemprego

As medidas adotadas pela União Européia para tentar conter as altas taxas de desemprego nos países-membros da organização foram lembradas, ontem, pelo senador Joel de Hollanda como alternativas para que o Brasil também comece, urgentemente, a enfrentar o que ele classifica como "o maior desafio do governo Fernando Henrique Cardoso". Segundo Hollanda, as nações européias investem na reciclagem profissional de jovens, na criação de programas de socorro a desempregados há mais de um ano fora do mercado e até na redução da jornada de trabalho. **Página 7**



Hollanda: exemplo da Europa

O Senado aprovou ontem projeto que modifica o Código Penal para ampliar a possibilidade de aplicação de penas alternativas. A Câmara terá que apreciar as emendas incluídas no texto pelos senadores, antes de o projeto ser enviado à sanção presidencial. A proposta permite aos juízes estabelecer, para os condenados a até quatro anos de prisão, penas como pagamentos de indenizações às vítimas e repasse de bens ao Fundo Penitenciário Nacional, além da prestação de serviços a entidades públicas. **Página 5**

# Cabral vê negligência no combate a incêndio em RR

Apontando a "incompetência" e a "omissão" do governo federal, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou ontem a "negligência" em relação ao incêndio que se alastra pelo estado de Roraima. Ele apelou a todos os governadores para que ajudem a conter o fogo, enviando especialistas e equipamentos de combate a incêndio.

- O mais lamentável de tudo é que esse incêndio começou há três meses, e durante todo esse período não se tomou qualquer providência efetiva que o interrompesse ou pelo menos atenuasse os seus efeitos virulentos. Desgraçadamente, o governo federal, por negligência ou incompetência,



Cabral diz que houve omissão e incompetência no episódio

deixou para o governo de Roraima a responsabilidade de domar a inclemência das chamas, sem, no entanto, lhe dar os instrumentos necessários para isso - afirmou.

Na opinião de Bernardo Cabral, o mais grave no episódio é que o governo sabia dos riscos. "Arrogantes e auto-sufi-

cientes, os nossos burocratas ignoraram uma oferta de ajuda oferecida no ano passado pela Organização das Nações Unidas para debelar focos de incêndio previstos na região amazônica." Para o senador, a tragédia de Roraima é apenas o prenúncio de outros focos de incêndio na Amazônia.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno  
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

**Hora do Expediente:** O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar os 100 anos de nascimento de Luis Carlos Prestes. Oradores inscritos: Roberto Freire e Benedita da Silva. Pauta: \*PLC nº 29/97, que transforma cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral; \*PDL nº 80/97 - aprova o ato que renova a concessão da radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araucária, estado do Paraná; \*PDL nº 81/97 - aprova o ato que renova a concessão de defesa à Sociedade Rádio e Televisão Alterosa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais; \*PDL nº 83/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Londrina, estado do Paraná; \*PDL nº 95/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio Capixaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo; \*PLS nº 87/96 - dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime; \*Requerimento nº 146/98 - o senador Lauro Campos solicita a retirada do PLS nº 17/98 - Complementar, de sua autoria, que cria o Programa de Moradia Básica e institui mecanismos de estímulo à parceria na produção de habitações populares; e \*Requerimento nº 152/98 - o senador Waldeck Ornelas solicita tramitação conjunta do PLS nº 293/97 com o PLS nº 8/98, por versarem sobre datas de concursos e vestibulares nas instituições de ensino superior.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 15/95, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição federal; \*PEC nº 52/95 - suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitorórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição dos mandatários de cargos executivos; \*PLS nº 89/97 - estabelece preferência para o processo e julgamento judiciais dos crimes que menciona; \*PLS nº 94/97 - dispõe sobre o processo especial nos casos de crime hediondo; e \*PLC nº 60/97 - dispõe sobre a criação de cargos efetivos de agente penitenciário na carreira policial do Distrito

Federal. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Expediente: \*Requerimento do senador Sebastião Rocha para realização de duas audiências públicas de instrução do substitutivo da Câmara ao PLS 93/93, sobre regulamentação dos planos de saúde; \*Requerimento subscrito pelos senadores Sebastião Rocha, Carlos Bozórri, Benedita da Silva e Emilia Fernandes, de convocação do presidente da Funai para falar sobre a consecução dos objetivos do órgão e suas perspectivas para o futuro. Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 244/97, que dispõe sobre a criação de juntas e do Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho; \*PLS nº 143/95 - concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; \*PLC nº 50/95 - que institui o seguro-desemprego, visando estabelecer o benefício ao empregado doméstico; e \*PLS nº 253/96 - exclui das retenções impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

11h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Mensagem nº 110/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, ministro de primeira classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, escolhido para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega e também da República da Islândia; \*Mensagem nº 111/98 - submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Sergio Henrique Nabuco de Castro, ministro de primeira classe, do quadro especial, da carreira de diplomata, escolhido para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia; \*PDL nº 2/98 - aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização da Embaixada do Brasil em Luanda e para habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Angola; \*PDL nº 5/98 - aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e o governo da Coreia; e \*PDL nº 142/97 - aprova o texto do acordo sobre o estabelecimento da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana, concluído em Nova Iorque. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

Após a Ordem do Dia - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: \*PLC nº 5/98, que altera Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

# Suassuna quer maior vigilância sobre os produtos importados

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pregou o fortalecimento dos órgãos de vigilância sanitária e de controle de qualidade, a fim de que atuem com maior eficácia e conforme os padrões internacionais de consumo sobre os produtos que entram no Brasil. "Talvez assim o país passe a ser visto como uma nação na qual o respeito à saúde pública e ao consumidor é prioridade do governo e da sociedade", comentou.

O parlamentar considerou injustificável que, sob o pretexto de serem mais baratos, um país importe produtos danosos à saúde pública, elaborados em condições que constituem um atentado aos direitos humanos, "tal como acontece no Extremo Oriente com o trabalho que escravos de filipinos, timorenses, chineses etc.". Em sua opinião, as leis devem ser cumpridas e o Estado tem que cobrar seu cumprimento.

- A Justiça existe para, sob o império da lei, punir exem-

plarmente os que a desrespeitam - disse o senador, citando como exemplo de desrespeito ao consumidor brasileiro a importação de brinquedos e chupetas oriundos do Extremo Oriente. Rejeitados pelos países europeus e pela América do Norte, conforme o parlamentar, esses brinquedos estão entrando livremente no Brasil, sem enfrentar qualquer obstáculo nos portos e aeroportos brasileiros.

Suassuna afirmou que um dos graves problemas que esses produtos apresentam reside na pintura que recebem na fabricação. Segundo o senador, são empregadas tintas à base de chumbo, material comprovadamente cancerígeno, de uso proibido nos países desenvolvidos. "Ora, quando se pensa que brinquedos e, pior ainda, chupetas estão freqüentemente na boca de nossas crianças, vê-se o perigo que o Estado brasileiro deixa entrar nos lares e escolas do país", alertou o senador.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lídio Coelho

Joel de Hollanda - Marluço Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

www.senado.gov.br

## Mauro registra homenagem a Iris Rezende

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) participou ao plenário do Senado a realização, ontem, de uma homenagem ao ministro da Justiça, Iris Rezende, pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, quando ele recebeu os títulos de Cidadão Honorário do estado do Rio e Cidadão Benemérito Fluminense, sendo agraciado com a Medalha Tiradentes, a mais importante comenda que o Legislativo estadual concede às autoridades que se destacam no país. Segundo Mauro Miranda, cerca de duas mil pessoas compareceram à cerimônia de condecoração. Nas imediações do prédio da Assembléia, dezenas de faixas saudaram o sucesso da vida pública de mais de 40 anos do ex-governador de Goiás, relatou. "A iniciativa foi do deputado Rubens Tavares (PFL), que justificou a homenagem por causa da proeza de redistribuir a renda e diminuir as diferenças sociais que Iris Rezende realizou em Goiás", concluiu.



Mauro lembra obras de Iris

*Representantes das empresas e dos usuários devem ser ouvidos nos dias 31 de março e 1º de abril na Comissão de Assuntos Sociais*

## Rocha destaca audiências sobre planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou ontem a importância de duas audiências públicas por ele propostas à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ouvir entidades de usuários e representantes de empresas de planos de saúde sobre o projeto de reformulação do setor, atualmente em exame no Senado. As audiências deverão ser realizadas nos próximos dias 31 de março e 1º de abril.

Sebastião Rocha declarou-se favorável à entrada de capital estrangeiro nesse ramo de atividade, mas ressaltou que "se as audiências públicas provarem que será melhor apresentar um projeto totalmente novo

para atender melhor os interesses das empresas e, principalmente, dos usuários, posso mudar de opinião".

O senador pelo Amapá pediu, ainda, o imediato encaminhamento, pela Mesa do Senado, de seu requerimento pedindo explicações ao ministro da Aeronáutica sobre cancelamento de vôos entre Macapá e Belém, durante o período do Carnaval deste ano. "As empresas Tam e Varig cancelaram esses vôos, sem solicitar permissão ao DAC, e trouxeram inconvenientes a muitas pessoas que precisavam viajar nesse trecho. Em especial, quero saber a que penalidades essas empresas estão sujeitas", afirmou.



Rocha: a favor do capital externo

## Suplicy pede empenho de Serra no combate à malária

Um aumento de cerca de 38%, entre 1994 e 1997, nos casos de malária registrados no estado do Amazonas levou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a solicitar o empenho do próximo ministro da Saúde, senador José Serra (PSDB-SP), no sentido de controlar a doença.

No ano passado houve 93.924 casos, para 60 mil em 1994, sendo que em janeiro-fevereiro de 1998 o Instituto de Medicina Tropical do Amazonas diagnosticou 2.512 casos, para 1.144 verificados em 1995, disse Suplicy. Como os dois primeiros meses do ano são considerados atípicos,

pois neles a proliferação normalmente é menor, alertou o senador, os dados demonstrariam rápido aumento da disseminação da doença.

Na opinião de Suplicy, estes números também revelariam que os governos federal, estadual e municipal "não priorizam o setor de saúde, numa omissão injustificável", que, segundo ele, pode ser verificada na falta de recursos para os maiores centros de referência do Brasil em pesquisa de entomologia e doenças tropicais: o Instituto de Medicina Tropical do Amazonas e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Indigência semelhante sobre a agência estadual da Fundação Nacional de Saúde, que teria, segundo o senador, apenas 60 técnicos para o trabalho de campo - quando seriam necessários pelos menos 200 -, veículos em estado precário de conservação e mal gerenciamento dos escassos recursos.

Suplicy também solicitou maior empenho do governo em relação aos incêndios que devoram a floresta amazônica no estado de Roraima e apelou para que todas as unidades da Federação mobilizem seus recursos para colaborar no combate ao fogo.

## Aprovada a renovação de mais três rádios

Mais três emissoras de rádio tiveram autorização do Senado para funcionar por mais 10 anos. Foram renovadas as concessões das rádios Marumby, de Florianópolis (SC), Ouro Branco, de Currais Novos (RN) e Monumental de Aparecida, (SP).

Os projetos de decreto legisla-

tivo receberam pareceres favoráveis dos relatores, senadores Wilson Kleinübing (PFL-SC), Edison Lobão (PFL-MA) e Gilberto Miranda (PFL-AM), respectivamente.

Durante a votação, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, pediu infor-

mações ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sobre a constituição do Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição para auxiliar o Congresso Nacional na área. Antonio Carlos afirmou que agora pretende levar adiante a formação do conselho.

## Amorim sugere que FHC renuncie para concorrer

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ontem que, a exemplo dos governadores de Minas Gerais, São Paulo e de Pernambuco, que se posicionaram a favor da desincompatibilização para concorrer a um novo mandato, "o presidente Fernando Henrique dará ao povo brasileiro, com a sua renúncia para disputar a reeleição, uma demonstração da grandeza do seu espírito público e a sua vocação de um estadista democrata, que coloca os interesses do país acima de qualquer interesse".

Após salientar que a população espera idêntico gesto não apenas do presidente da República e dos demais aliados, o senador afirmou que também é um imperativo a renúncia do vice-presidente da República.

- Isto acontecendo, o país terá como grande magistrado a presidir uma eleição limpa e livre a mão firme do presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, que para o povo brasileiro é a garantia de uma condução do processo eleitoral sem vícios ou privilégios - disse.

Após salientar que o Congresso Nacional precisa debater urgentemente a matéria, Amorim afirmou ser necessária a desincompatibilização dos que pretendem um novo mandato, "para que a isonomia, legitimidade e a normalidade do processo eleitoral não sejam afetadas, assim como a moralidade administrativa e o pluripartidarismo".

Ao comentar a ação direta de inconstitucionalidade relacionada à desincompatibilização, ajuizada no STF pelo PDT e outros partidos, o senador disse estar convicto de que "o ministro Nery da Silveira corrigirá essa aberração, que é a reeleição da maneira proposta pelos que temem defender a continuidade dos seus mandatos de maneira isonômica com os seus adversários".

## Suplicy quer votar emenda sobre a Justiça Eleitoral

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem ao presidente do Senado que inclua em ordem do dia proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que evita interferência política na indicação e nomeação de juizes do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais. A proposta altera o dispositivo constitucional segundo o qual a composição do TSE incluirá dois ministros nomeados pelo presidente da República, mediante

indicação do Supremo Tribunal Federal. Modifica também o inciso segundo, o qual afirma que cada Tribunal Regional Eleitoral deverá ter dois juizes nomeados pelo presidente da República por indicação do Tribunal de Justiça.

Pela proposta de Valadares, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil deverá indicar os dois nomes para o TSE, e estes serão nomeados pelo presidente do STF. Na composição dos TREs, os dois juizes serão indicados pela seção regional da OAB e nomeados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Valadares apresentou a proposta com o objetivo de evitar critérios políticos em uma escolha que, em sua opinião, deve ser imparcial. Eduardo Suplicy lembrou que a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em agosto do ano passado, aguardando desde então inclusão em ordem do dia. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a Mesa tomará providências.



Suplicy: apoio a Valadares

## Lei Pelé é sancionada por FHC com 17 vetos

A Lei Pelé, que institui normas gerais sobre os desportos, foi sancionada ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que após 17 vetos ao projeto aprovado pelo Senado durante a convocação extraordinária. A matéria foi apreciada em tempo recorde pelos senadores, que receberam o projeto em 16 de dezembro e realizaram a votação final em 11 de fevereiro.

Entre os dispositivos vetados, por acordo político, estão os artigos 12 e parágrafo 1º do artigo 53, que tratam respectivamente das composições do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDB) e da Comissão Disciplinar; o artigo 58, que proíbe aos administradores e membros do conselho fiscal das entidades de prática desportiva o exercício do cargo ou função nas entidades de administração do desporto; e mais 10 dispositivos do capítulo sobre os jogos de bingo.

A nova legislação possibili-

ta aos clubes de futebol se transformarem em empresas; amplia os direitos e dá proteção aos atletas profissionais, inclusive extinguindo o *passse* dentro de três anos; disciplina a realização de bingos; permite às entidades de prática desportiva organizarem-se em ligas, dotadas de personalidade jurídica própria, para promover competições em coordenação com as entidades de administração do desporto.

A nova lei garante aos atletas profissionais a proteção das normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, "ressalvadas as peculiaridades expressas nesta lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho". O nome ou apelido desportivo do atleta profissional passa a ser de sua propriedade exclusiva, contando com proteção legal, válida para todo o território nacional. A Lei Pelé institui o Dia do Desporto, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Desporto Olímpico.

Recursos da União no total de R\$ 54,9 milhões serão usados na melhoria do sistema carcerário do estado

## Comissão autoriza crédito para penitenciárias de SP

Com base em convênio celebrado entre a União e o governo do estado de São Paulo para a desativação do complexo penitenciário do Carandiru, o Poder Executivo foi ontem autorizado a abrir, no orçamento fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$ 54,9 milhões para a construção, ampliação e reforma de penitenciárias naquele estado. O projeto obteve aprovação unânime da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). A matéria será submetida ainda para votação no plenário



Suassuna preside a comissão

do Congresso Nacional.

Os recursos obtidos, em favor do Ministério da Justiça, referem-se ao convênio sob

responsabilidade federal e serão retirados do excesso de arrecadação oriundo de custas judiciais, vinculadas ao Fundo Penitenciário Nacional (R\$ 32,8 milhões) e da reserva de contingência (R\$ 22,1 milhões).

O parecer favorável elaborado pelo deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) destaca as precárias condições de vida a que estão submetidos os detentos do complexo do Carandiru, com instalações físicas, elétricas e hidráulicas que datam de mais de 30 anos e se encontram totalmente deterioradas.

## Lúcio Alcântara elogia ação conjunta contra narcotráfico

O lançamento de uma nova iniciativa para combater o narcotráfico no Hemisfério é da mais alta importância, disse ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao elogiar a agenda do Encontro da 2ª Cúpula das Américas, que acontecerá em abril próximo em Santiago. A inclusão do assunto na pauta, conforme afirmou, é altamente relevante, levando-se em conta o crescimento do tráfico e apreensão de heroína no Brasil.

A iniciativa em torno do combate ao narcotráfico prevê a criação de um centro de estudos na Cidade do Panamá, e contaria com o apoio dos Estados Unidos, disse Lúcio Alcântara. "A idéia parte de um princípio que se está tornando consensual no mundo, ou seja: não foi só a economia que se globalizou, mas também o crime organizado, cujo filão mais rentável é o narcotráfico", frisou.

- O combate à pobreza, que

atinge 150 milhões de pessoas nas Américas, é outro item importante da agenda, na qual a educação também ganhará ênfase na Cúpula, por ser o principal instrumento para combater a pobreza - acrescentou.

Alcântara salientou que a



Alcântara destaca agenda da cúpula

Cúpula anterior, reunida em Miami, em 1994, previa, entre as metas da integração hemisférica, a matrícula de todas as crianças no primeiro

grau até o ano 2010, o que, a seu ver, "no Brasil está longe de acontecer". Para ele, todas essas medidas fazem parte das chamadas reformas de segunda geração que, canalizadas para as áreas de saúde, educação e mão-de-obra, irão legitimar as reformas de primeira geração, que consistem na reestruturação do Estado.

Segundo o senador, o encontro dos 34 chefes de governo será uma oportunidade para que se reafirme o compromisso em prol do desenvolvimento das Américas, que seria a integração das economias da região por meio da Alca (Associação de Livre Comércio das Américas). "É uma grande aspiração, a exemplo do acordo existente entre Estados Unidos e Canadá através do Nafta."

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) elogiou Lúcio Alcântara pela oportunidade do pronunciamento.

*O projeto que prevê a substituição da sentença de prisão terá que retornar à Câmara, antes de seu envio à sanção presidencial, para que os deputados apreciem as emendas aprovadas pelos senadores*

## Senado amplia as penas alternativas

Os senadores aprovaram ontem projeto que muda o Código Penal para ampliar as situações em que os juízes poderão aplicar penas alternativas às pessoas que forem condenadas a até quatro anos de cadeia, desde que não tenham cometido crime considerado violento ou grave ameaça às vítimas. Os juízes poderão decidir que os condenados façam pagamentos às vítimas ou que seus bens e valores sejam repassados ao Fundo Penitenciário Nacional. Conforme a situação, poderá ser aplicada multa.

No caso de pagamentos, o menor valor será de cinco dias-multa e o maior de 500 dias-multa, de acordo com o texto do projeto. O dia-multa equivale ao

custo de manutenção de um preso na cadeia por um dia e varia de estado para estado, mas a média brasileira é de R\$ 15,00. Assim, a menor indenização à vítima ou dependentes poderá ser de R\$ 75,00 e a maior R\$ 7.500,00. No entanto, se a maior multa for considerada inexpressiva diante das condições econômicas do devedor, o juiz poderá multiplicá-la por 10, chegando a até R\$ 75 mil.

Haverá ainda duas outras modalidades de penas alternativas: o recolhimento domiciliar do réu e a prestação de serviço a entidades públicas. O atual Código Penal só prevê penas alternativas de interdição temporária de direitos, prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de

semana.

- Um condenado a esse tipo de pena alternativa não sai pre-



Emendas de Tuma vão à Câmara tendendo vingá-lo da sociedade. Está provado que as prisões não vêm cumprindo o objetivo de

reintegrar o condenado à sociedade. Na cadeia, o condenado por um crime leve acaba se tornando um verdadeiro criminoso - afirmou o relator do projeto, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Em caso de crime doloso, de acordo com o texto aprovado, a pena alternativa à prisão só poderá beneficiar condenados a até um ano de cadeia. No caso dos crimes culposos, a substituição poderá ser feita pelo juiz sem levar em conta o tempo da pena inicial.

Os senadores aprovaram seis emendas do senador Romeu Tuma, as quais agora têm de ser votadas pelos deputados antes de o projeto ser enviado ao presidente da República, para sanção. O projeto original de ampliação

das penas alternativas foi preparado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e enviado ao Congresso pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996.

Durante a votação da proposta, o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, observou que as emendas dos senadores aperfeiçoam o texto da Câmara. Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, concordou que as prisões brasileiras não vêm cumprindo o objetivo de reintegrar os condenados ao convívio social e apoiou a ampliação das penas alternativas. Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o projeto é "extremamente útil à sociedade".



Fogaça apresentou substitutivo



Campos elaborou o projeto

## Plenário deve votar proteção a testemunhas

O plenário do Senado deve votar hoje substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto de lei do senador Júlio Campos (PFL-MT) que prevê a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime, sempre que sua vida, integridade física e mental ou patrimônio encontrem-se ameaçados devido à sua colaboração com a Justiça ou ao exercício de seus direitos de ofendido. A iniciativa do pedido pode partir da vítima ou da testemunha ameaçadas e a proteção pode ser estendida a familiares e afins.

Entre as medidas de proteção previstas, estão vigilância e proteção policial na moradia e local de trabalho e escolta nos deslocamentos entre esses locais, hospedagem em local seguro, mudança de domicílio, preservação de sigilo de identidade e dados pessoais durante a ins-

trução criminal e após sua participação no processo criminal, mudança de identidade, assistência social e assistência econômica, por tempo determinado, para o custeio das despesas de subsistência e moradia, quando o protegido ficar impossibilitado de desenvolver o seu trabalho por motivo de segurança ou, após isso, como recursos suplementares à sua manutenção.

Segundo o substitutivo, o tempo em que o protegido ficar afastado do trabalho por medida de segurança será contado para todos os fins de direito, cabendo ao Estado o pagamento das contribuições previdenciárias. A proteção terá a duração de até dois anos, podendo ser prorrogada por igual período, modificada ou revogada por decisão judicial, em virtude da permanência do risco ou da ameaça ou da vontade expressa ou tácita do protegido.

## Aprovada escola do Ministério Público

Projeto aprovado ontem pelos senadores prevê a criação da Escola Superior do Ministério Público da União, destinada a oferecer cursos de aperfeiçoamento aos procuradores, promotores e defensores públicos. O Ministério Público é a instituição encarregada de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. O projeto vai agora à promulgação pelo presidente da República.

A escola, que usará pessoal administrativo do próprio Ministério Público, terá apenas seis cargos de chefia de nível superior, podendo promover cursos, seminários e outras modalidades de estudo e troca de informações. Entre outras coisas, poderá celebrar convênios com os ministérios públicos estaduais.

Ao relator o projeto na CCI, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) destacou que a escola terá uma estrutura pequena, buscando aumentar a eficiência dos recursos disponíveis. A proposta também teve parecer favorável do relator na Comissão de Educação, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

## Francelino prevê rápida tramitação na Câmara

"O sistema carcerário brasileiro é uma vergonha e representa uma verdadeira fábrica de criminosos de alta periculosidade", afirmou ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG), ao destacar a relevância do projeto que estende a aplicação de penas alternativas à privação de liberdade para condenados a menos de quatro anos de detenção, nos casos de crimes que não se caracterizem por violência ou ameaça à pessoa.

Para Francelino, quem mais sofre com essa situação são os condenados a penas leves, obrigados a conviver com assassinos e esturpadores. "Em muitos casos, disse o senador, eles acabam sendo 'bons alunos' e se transformando em criminosos perigosos. Com a possibilidade de substituição das condenações a prisão por penas alternativas como prestação de serviços comunitários, penas pecuniárias, perda de bens e valores ou recolhimento domiciliar, o caminho fica aberto para que esses infratores possam ser recuperados", garantiu.

O senador mineiro afirmou esperar uma sanção rápida do projeto, apesar de ser necessário que volte à Câmara porque foi modificado no Senado. "Como se trata de uma proposta de grande in-



Francelino: humanizar o Direito

teresse público, tenho certeza de que será rapidamente votada pelos deputados, permitindo que a sanção presidencial se faça ainda no mês de abril. Todos estão conscientes da necessidade de se humanizar o Direito Penal", disse.

Para Francelino, os custos do sistema carcerário deverão baixar bastante, porque permanecerão nas cadeias, hoje superlotadas, apenas os criminosos perigosos que representam uma ameaça à sociedade. "O princípio da pena alternativa à detenção não é novidade no Brasil. O estado de Mato Grosso do Sul já adota penas de prestação de serviços comunitários para infratores de trânsito, obrigando quem atropela um pedestre a servir numa unidade de pronto-socorro.

*Plebiscito sobre o voto obrigatório e mudança na organização sindical estão entre as propostas que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciará na reunião de hoje*

## CCJ discute capital estrangeiro na Saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, às 10h, para apreciar, entre outras matérias, 12 propostas de emenda à Constituição. As principais discussões devem girar em torno de três proposições: a que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; a que trata da unicidade sindical e a que estabelece um plebiscito em 1998 sobre a manutenção ou extinção do voto

obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargo executivo, de autoria, respectivamente, dos senadores Júlio Campos (PFL-MT), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Sebastião Rocha (PDT-AP).

Sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a CCJ vai discutir projetos em caráter terminativo. Dentre eles, o que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi), proposto pelo senador

José Eduardo Dutra; o que institui o estudo dos Direitos Humanos na formação policial, de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ); e o que inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas no rol das beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, de iniciativa do senador Júlio Campos.

Serão apreciadas, ainda, as seguintes proposições: a PEC que determina processo especial nos casos de crime hedí-

ondo, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e os projetos que tratam da divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e erotismo; e da prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito, de autoria dos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Ramez Tebet (PMDB-MS).



Benedita critica redução de verbas

## Benedita rejeita CPMF permanente

Após a instituição da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), "o maior problema criado para a Saúde foi a redução das verbas não-vinculadas", afirmou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), para quem o tributo não pode tornar-se permanente, como teria anunciado o presidente da República.

"Dados oficiais do Tribunal de Contas da União (TCU) revelam que os recursos gastos foram menores do que antes da existência da CPMF, o que ocasionou o crescimento das doenças epidemiológicas", alegou. Para a senadora, é preciso evitar a criação do círculo vicioso de, a cada necessidade emergencial do governo, a sociedade ter de arcar com uma nova taxa-ção.

Quanto ao novo ministro da Saúde, senador José Serra (PSDB-SP), Benedita desejou que ele, de fato, consiga fazer o que anunciou: garantir o fluxo de verbas para a Saúde e impedir que sejam desviadas para outras finalidades.

A senadora também salientou que, apesar do lançamento, há dois anos, do programa de erradicação da dengue, não houve qualquer redução nos índices de contaminação, como as ocorrências no estado do Rio de Janeiro o demonstrariam.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o aumento dos casos de dengue não se restringe ao Rio de Janeiro, disseminando-se por todo o país, inclusive no Semi-Árido nordestino.



Cabral: indignado com notícia

## Cabral rebate acusação de indicar médico

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) repudiou ontem notícia do jornal *O Globo* em que o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro o aponta como um dos políticos que indicaram médicos para ocupar diretorias de hospitais públicos. "Não indico médico nem no meu estado", afirmou o senador, indignado com o fato de o repórter responsável pela matéria não o ter procurado para saber se a acusação era verdadeira ou não. Cabral rebateu as afirmações do presidente do Sindicato dos Médicos do Rio e deu uma chance ao repórter de esclarecer o equívoco da matéria, colocando-se à disposição do jornalista. "Ele poderia ter me ouvido, pois ouvi os deputados do Rio de Janeiro que também foram acusados", frisou.

## ACM considera normal a escolha de José Serra

Em entrevista à imprensa, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem o direito de o presidente da República escolher seus auxiliares "entre as pessoas que julgar capazes". Ele qualificou o futuro ministro da Saúde, senador José Serra (PSDB-SP), "em função especificamente de seu temperamento, não como um modelo de simpatia, na Câmara ou no Senado, mas como modelo de competência".

Antonio Carlos admitiu ser natural que o PFL discuta a revisão de suas indicações para o "ministério provisório" com que o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá completar a atual gestão, em função da inclusão de políticos entre as substituições, que inicialmente seriam feitas com técnicos. Fez questão de separar, no entanto, a naturalidade e normalidade da indicação de Serra para o Ministério da Saúde, da cogitação governamental no sentido de tornar permanente a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a fim de reforçar o caixa da área de saúde. O PFL "reluta muito em aceitar novos impostos", argumentou. Ele entende que essa questão deve ser



ACM vê ministério como provisório

tratada apenas após as eleições de outubro, dentro de uma análise ampla e rigorosa da situação da saúde pública e das possibilidades de seu financiamento pelo Orçamento da União.

A respeito das reações de lideranças do PFL diante do rumo da atual reforma ministerial, o senador discorda da apreciação negativa feita pelo líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira. O presidente do Senado reafirmou sua confiança na garantia que recebeu do presidente da República de que "o ministério que está sendo reformulado será provisório". Por isso, até uma próxima conversa com o presidente da República em torno do tema, prefere acreditar na transitoriedade "de todos os ministros". O PFL, de qualquer forma, não sairá nem enfraquecido nem dividido desse

processo, garantiu, admitindo "precipitação de alguns pefelistas".

ACM também reafirmou sua opinião a respeito da oposição do ex-presidente Itamar Franco ao atual governo, ressaltando que "ele não tem qualidade para exercer o posto que exerceu".

O presidente do Senado anunciou, ainda, a "solução definitiva" para o problema dos dentistas brasileiros em Portugal, graças a gestões feitas pelo ex-embaixador brasileiro, Jorge Bornhausen, junto ao governo daquele país. ACM teve a oportunidade de completar esse trabalho durante visita a Portugal na semana passada. Os últimos 48 profissionais que sofriam restrições estão liberados, encerrando um contencioso que durou sete anos.

Sobre a bomba descoberta nas dependências do Senado na tarde de segunda-feira, Antonio Carlos considerou que "o estardalhaço foi muito maior que o artefato" e descartou tratar-se de uma ação séria, de caráter terrorista. Mas informou que, assim mesmo, a segurança do Senado será reforçada com o uso de circuito interno de TV. Antonio Carlos espera que as investigações em curso cheguem ao responsável.

Medidas adotadas pela União Européia podem, segundo o senador, ser solução para o problema, que atingirá, neste ano, a 7% da população economicamente ativa do Brasil

## Desemprego preocupa Hollanda

Ao analisar a gravidade do desemprego no Brasil, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) chamou atenção para as alternativas ao problema que estão sendo adotadas na União Européia (UE), onde a taxa média alcançou 11,3% em julho do ano passado, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). "Embora no Brasil a taxa projetada esteja na casa dos 7%, ela representa um problema quase tão grave quanto na Europa, tendo em vista a pouca abrangência do seguro-desemprego", constatou.

Hollanda citou três medidas adotadas na UE que podem servir de inspiração para combater o problema no Brasil: 1) criação de oportunidades de emprego, formação e reciclagem de jovens até 25 anos, antes que completem seis meses na lista de desempre-



**Hollanda aponta desafio para FHC**  
gados; 2) criação de programas personalizados para desempregados com mais de um ano sem emprego, em qualquer faixa etária; 3) duplicação do número de pessoas inscritas nos cursos de formação profissional mantidos pelo Estado.

- Além dessas políticas gerais, cada país da União Européia vem adotando medidas específicas. A França aprovou a contratação de jovens desempregados para serviços

comunitários e assistenciais, a redução dos impostos para pequenas e médias empresas e das taxas diretas nas folhas de pagamento, bem como redução semanal de trabalho para 35 horas, sem diminuição de salário, medida adotada também na Itália - ressaltou.

Joel de Hollanda afirmou que muita gente já acordou para o pesadelo do desemprego também no Brasil. "As negociações entre a Volkswagen e seus empregados, que impediram a demissão de quase 800 trabalhadores, e a aprovação no Congresso Nacional do contrato de trabalho por tempo determinado são exemplos de estímulo à criação de novos empregos no mercado formal, sem as chamadas amarras burocráticas", disse.

Para o senador, o maior desafio do governo Fernando Henrique Cardoso é gerar mais postos de trabalho, tanto para

quem perdeu seu emprego quanto para os jovens à procura de sua primeira colocação no mercado. "Pesquisa feita pelo Ibope, a pedido da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), revelou que 63% dos entrevistados temem perder o emprego. Do outro lado da margem, quem está desempregado, seja um peão de obra sem qualificação ou um trabalhador de classe média que perdeu o posto de supervisor ou gerente, ambos enfrentam o mesmo problema: dificilmente virão a encontrar outro emprego", afirmou.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que ponha imediatamente em votação sua proposta, assinada por mais de 30 outros senadores, criando uma comissão especial do Senado destinada a estudar soluções para o desemprego.

## Palmeira pede que governo socorra o setor canavieiro

"A agricultura brasileira encontra-se em estado de quase calamidade", advertiu ontem o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), ao lembrar o final da safra do setor canavieiro nordestino, que, segundo ele, atravessa enormes dificuldades decorrentes da falta de incentivos ao Proálcool. Segundo o senador, até o momento o governo fez apenas acenos para a recuperação do programa.

- Nós, que fazemos parte da base de sustentação do governo, não podemos deixar de colaborar com o país, apresentando nossas críticas com relação à falta de presença governamental na agricultura. O investimento no setor vai ajudar a solucionar o principal problema do país, que é o desemprego - observou.

Guilherme Palmeira apresentou dados que demonstram os efeitos da atual política agrícola para a popu-

lação nordestina. De acordo com o senador, a agroindústria da cana emprega, hoje, em Pernambuco, metade dos 250 mil trabalhadores que empregava há cinco anos. "O fim da safra significa que metade desse contingente humano vai engrossar as fileiras dos desempregados urbanos na área metropolitana de Recife, que já é a maior do país", observou o parlamentar.

O senador sugeriu a adoção do programa de garantia de renda mínima para erradicação do trabalho infantil na Zona da Mata de Alagoas. O programa, já implantado na cultura de cana-de-açúcar (PE), do sisal (BA) e na atividade carvoeira da região Centro-Oeste, "representaria uma medida de emergência para atenuar o grave quadro de deterioração social alagoano".

- Se a medida já é necessária durante a safra, na entressafra pode represen-



Palmeira: falta apoio à lavoura

tar a preservação de preciosas vidas humanas entre os mais duramente atingidos pela perda de significado da agroindústria canavieira - alertou o senador.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Levy Dias (PPB-MS) endossaram os apelos do senador alagoano para que o governo federal priorize o setor agrícola, como forma de geração de bem-estar social.

### PROGRAMAÇÃO

#### TV SENADO

**6h** - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que defende a instalação de agroindústrias na região Centro-Oeste

**8h** - Debate com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e Safe Carneiro (presidente da OAB/DF) sobre o caminho que a sociedade deve tomar para que a legislação seja cumprida

**9h30** - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que defende a instalação de agroindústrias na região Centro-Oeste

**10h** - Comissão de Constituição e Justiça - discussão da proposta de emenda à Constituição que trata da imunidade parlamentar

**Logo após:** Comissão de Assuntos Sociais - discussão das emendas de plenário ao projeto de lei que cria o programa de estímulo ao primeiro emprego

**14h30** - Sessão plenária (vivo) - homenagem aos 100 anos de Luís Carlos Prestes

**Logo após:** Comissão de Infra-Estrutura - discussão da tabela de valores da taxa de fiscalização dos serviços de telecomunicações

**20h30** - Telejornal "Congresso Hoje"

**20h40** - "Senado em Pauta"

**21h** - Sessão plenária (reapresentação)

**0h30** - Telejornal "Congresso Hoje"

**0h40** - "Senado em Pauta"

**1h** - Debate com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e Safe Carneiro (presidente da OAB/DF) sobre o caminho que a sociedade deve tomar para que a legislação seja cumprida

**2h** - "Jornal da Amazônia"

**2h15** - "Senado em Pauta"

**2h30** - Sessão plenária (reapresentação)

**6h30** - Telejornal "Congresso Hoje"

**6h40** - "Senado em Pauta"

#### RÁDIO SENADO

**7h30** - "Jornal do Senado" (1ª edição)

**10h** - Comissão de Constituição e Justiça

**13h30** - "Jornal do Senado" (2ª edição)

**14h15** - "Plenário em Revista"

**14h30** - Sessão plenária

**19h** - "A Voz do Brasil"

**22h30** - "Jornal do Senado" (3ª edição)

**0h** - Retransmissão da sessão plenária

**4h** - Música e informação até as 7h30



Ademir diz que governo nada fez

## Ademir teme por invasões em Tucuruí

Cerca de 1.200 famílias de sem-terra, que se encontram acampadas em terreno da prefeitura de Tucuruí (PA), podem invadir a qualquer momento 10 fazendas improdutivas da região. O alerta foi feito pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao revelar que entregou ao Ministério da Reforma Agrária, em novembro de 1997, a relação das fazendas para que o governo iniciasse o processo de desapropriação.

- Até o momento, o governo não fez nada. Não realizou as vistorias e nem encaminhou recursos para que a prefeitura as fizesse. Com a chegada das chuvas, as famílias irão invadir as terras e aí vão dizer que os sem-terra são radicais - explicou.

Senadora lembra que abusos e maus-tratos a crianças e adolescentes podem causar danos irreversíveis na formação do caráter

## Emília critica tolerância com exploração infantil

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) registrou a visita que a CPI do Trabalho Infantil realizou a Fortaleza, elogiando o trabalho da comissão e pregando a necessidade de o Brasil não abrandar a fiscalização sobre as denúncias de exploração de menores e adolescentes. Ela apontou a omissão e conivência da sociedade e muitas vezes trata o problema como assunto privado, como obstáculo ao combate eficaz a esse tipo de violência.

Emília explicou que os maus-tratos, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes constituem um fenômeno complexo, causado por fatores sócio-econômicos, históricos, culturais e éticos, que envolvem as relações do indivíduo com a sociedade.

- Crianças e adolescentes vitimizados sofrem um grave processo de violência e



Emília condena omissão da sociedade

humilhação, que pode causar danos morais, sociais e emocionais comprometedores do seu desenvolvimento, muitas vezes provocando seqüelas irreversíveis - sustentou ela.

A senadora afirmou que a intervenção nesse fenômeno enfrenta dificuldades em todo o mundo, enquanto a falta de uma legislação severa para punir os agressores, além de dificultar o combate a essa violência, termina até fazen-

do com que vítimas e testemunhas sintam-se ameaçadas e culpadas.

Na opinião da senadora Emília Fernandes, o desafio de enfrentar tal problema implica a coragem de assumir ações de natureza legal, econômica, social, política e ética, capazes de dar visibilidade ao fenômeno.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aparteuou para registrar seu espanto quanto ao fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso ainda não ter regulamentado a lei aprovada pelo Congresso para que a União financie 50% das despesas dos municípios com programas de renda mínima.

Conforme o parlamentar, isso não impediu o governo de gastar R\$ 5,2 milhões em publicidade sobre o assunto. Ney Suassuna (PMDB-PB) também se solidarizou com o discurso de Emília.

## Amorim defende redução da idade penal para 16 anos

O problema do menor delinqüente vem preocupando a todos, e o Senado, como órgão que representa os anseios da sociedade, já possui várias proposições que tratam do assunto. A tese é do senador Ermandes Amorim (PPB-RO), em defesa de sua proposta de emenda à Constituição reduzindo para 16 anos de idade a maioridade penal.

O senador ressalva que o assunto merece estudo profundo, considerando todas as vertentes, como a situação de crianças órfãs e

abandonadas, assim como a de alguns menores que, embora com família, possuem um perfil de delinqüência.

- A lei que estamos propondo deverá trazer mais responsabilidades aos menores, pois a sanção imposta diante da infração da lei terá não apenas caráter punitivo, mas serão também medidas que visem à correção e à reintegração à sociedade - afirmou.

Para Amorim, não basta apenas punir. É necessário também criar condições para que "o menor aprenda, se arrependa, mude de mentalida-



Amorim: mais responsabilidade

de e passe a conviver com seus semelhantes de forma construtiva".

Ele aproveitou para citar correspondência do juiz Valdeci Castellar Citon, da Justiça da Infância e da Juventude de Porto Velho, relatando o Projeto Gerar, trabalho que tem por finalidade desmistificar a adoção.

## CPI não confirma abusos em Fortaleza

Nenhum "caso flagrante" que caracterizasse exploração de mão-de-obra infanto-juvenil foi encontrado pelos integrantes da CPI que investiga o trabalho infantil, em viagem realizada a Fortaleza, nos dias 16 e 17 de março. Essa foi a conclusão do relato feito ontem pela presidente da comissão, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). A CPI atendeu ao convite feito pela Assembléia Legislativa do Ceará, que denunciou a existência de exploração de mão-de-obra infanto-juvenil, em diversos setores da economia local, e da prostituição infantil que estaria alimentando o "porno-turismo".

Munidos de câmeras fotográficas, os integrantes da CPI foram, às 5 horas da manhã, ao Ceasa de Fortaleza para apurar as denúncias de que crianças estavam sendo utilizadas no descarregamento de caminhões, na distribuição dos produtos aos boxes e na venda direta ao consumidor.

- De concreto e objetivo, o que verificamos foi a presença de menores que ajudavam seus pais ou parentes em tarefas leves e até mesmo criancinhas de três, quatro anos de idade, ainda sonolentas e intranquias, trazidas para o local com a explicação dos pais de que não po-



Marluce vê trabalho árduo à frente

deriam ser deixadas sozinhas em casa - explicou.

Marluce Pinto lembrou do trabalho árduo que ainda precisa ser feito para conscientizar plenamente os pais de que o futuro de seus filhos está nos bancos das escolas. Os integrantes da CPI, depois, ouviram uma explanação do governador Tasso Jereissati sobre os programas que o governo do Ceará está desenvolvendo em prol da criança, dos jovens e dos adultos carentes.

Na Assembléia Legislativa, os senadores receberam material sobre a prostituição infantil. "Os fatos na forma relatados e o lastro de envolvimento denunciados nos põem frente a uma verdadeira máfia dos horrores. Nada, absolutamente nada justifica o fato de nossas meninas de 10, 11, 12, 13 e 14 anos estarem se prostituindo em troca, não raras vezes, de um prato de comida", disse a senadora.

## Ronaldo lança novo livro de poemas

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) lança hoje, às 18h, no Salão Negro do Congresso Nacional, sua mais nova obra: o *Livro dos Tercetos*.

Essa obra poética tem a apresentação do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e comendários do presidente da Academia Brasileira de Letras, Antonio Carlos Osório.

O livro também será lançado, brevemente, em Campina Grande e João Pessoa.



Ronaldo é autor de Tercetos

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, JOEL DE HOLLANDA E NEY SUASSUNA E PELA SENADORA JÚNIA MARISE